

Com o objetivo de fomentar a participação da sociedade, a comissão de juristas criada pelo Senado Federal para discutir a atualização do Código Civil ([Lei 10.406/2002](#)) abriu um canal de recebimento de sugestões. Qualquer pessoa pode enviar a sua colaboração pelo e-mail cjcodcivil.sugestoes@senado.leg.br.

Presidida pelo ministro Luis Felipe Salomão, a comissão de 31 membros conta com a participação da ministra Isabel Gallotti e dos ministros João Otávio de Noronha, Marco Buzzi e Marco Aurélio Bellizze (vice-presidente), todos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), além do ministro aposentado Cesar Asfor Rocha, que presidiu a corte no biênio 2008-2010. Como relatores, foram designados a desembargadora aposentada Rosa Maria de Andrade Nery e Flávio Tartuce, ambos professores de direito civil.

Leia também: [Ministros do STJ integram comissão criada pelo Senado para atualizar o Código Civil](#)

A comissão reúne representantes da magistratura, da advocacia, do Ministério Público e da academia, que se dividirão em grupos responsáveis pela análise das diferentes partes do Código Civil. Ao todo, serão 180 dias de trabalho até a apresentação do anteprojeto de atualização da lei.

Comissão realizará três audiências públicas

Para expandir os debates e levantar subsídios, a comissão vai realizar três audiências públicas até o fim do ano. Todas serão transmitidas ao vivo pela TV Senado e pelo [canal do Senado no YouTube](#).

A primeira audiência pública acontecerá no dia 23 de outubro, às 10h30, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em São Paulo. A segunda está marcada para 20 de novembro, às 14h, em local que ainda será definido. A última audiência pública ocorrerá no dia 7 de dezembro, às 14h, em Salvador, no auditório do Tribunal de Justiça da Bahia.

Na [página da comissão no portal do Senado](#), o público pode obter informações sobre audiências públicas, pautas das reuniões futuras, reuniões já realizadas (com notas taquigráficas, vídeos e atas), plano de trabalho, regulamento e outros documentos.

Fonte: STJ, em 20.09.2023